

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.728 - PR (2019/0284881-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : MULTIPLOS PARTICIPAÇÕES E AQUISIÇÕES LTDA
ADVOGADOS : SÉRGIO ROBERTO VOSGERAU E OUTRO(S) - PR019231
LUIZ FELIPE CUNHA - PR052308
BRUNO ROBERTO VOSGERAU - PR061051
EMBARGADO : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : ANA TEREZA BASILIO E OUTRO(S) - RJ074802
BRUNO DI MARINO - RJ093384
FÁBIO COTECCHIA - RJ104005
BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por MULTIPLOS PARTICIPAÇÕES E AQUISIÇÕES LTDA em face da decisão acostada às fls. 1345/1348, e-STJ, da lavra deste signatário, em que se negou provimento a agravo em recurso especial manejado pelos ora embargantes.

Nas razões dos aclaratórios (fls. 1351/1359, e-STJ) a embargante alegou erro de fato na decisão ora embargada porquanto todos os contratos teriam sido firmados em Curitiba.

Impugnação às fls. 1362/1375, e-STJ.

É o relatório. Decide-se.

1. Inicialmente, ressalte-se que os embargos de declaração, conforme o disposto no artigo 1.022 do CPC/15, têm fundamentação vinculada às hipóteses legalmente previstas. Destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou, ainda, corrigir erro material. Não servem, no entanto, como meio de manifestação do inconformismo da parte com a decisão prolatada.

Citam-se, a título exemplificativo, os seguintes julgados: **EDcl no AgRg no Ag 1329960/SP**, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 19/10/2016; **EDcl no REsp 1597129/PR**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 17/10/2016; **EDcl no AgRg na PET na Rel 22.564/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 18/08/2016.

No caso em tela, a embargante sustenta terem sido todos os contratos firmados em Curitiba.

Contudo, o que se extrai dos autos é mera assertiva no sentido de que "contratos que eventualmente tenham sido contratados no Estado do Paraná o foram com empresa que, à época, aqui tinha sua sede, pelo que possível a aplicação do entendimento lá tratado ao presente caso, não importando a posterior sucessão empresarial que tenha passado à ora embargante, com sede distinta." (fls. 1226, e STJ)

Como se vê não há erro de premissa ao se desconsiderar a palavra "eventual", porquanto não dotada de especificação de quais contratos teriam sido efetivamente firmados em Curitiba.

Portanto, tendo a decisão embargada decidido de modo claro e fundamentado,

Superior Tribunal de Justiça

apenas contrário aos interesses da parte embargante, não há de se falar em vício passível de correção por meio de embargos de declaração, mas sim pretensão meramente infringente, razão pela qual se impõe a sua rejeição.

2. Do exposto, rejeitam-se os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator